

EUGENIO NOVAES



Ulysses reuniu mais uma vez os líderes de todos os partidos e os relatores, sem conseguir o acordo — que, agora, será tentado durante o fim de semana

Ulysses mais próximo dos Históricos

O fracasso do Centrão nas primeiras votações da Constituinte já começou a produzir efeitos dentro do PMDB. Ontem à noite, em sua residência da Península dos Ministros, o presidente Ulysses Guimarães dedicou nada menos de duas horas a uma reunião, antes do jantar, com os principais líderes do segmento histórico do partido. Segundo um dos participantes, foi uma conversa "amena e cordial", durante a qual Ulysses negou qualquer idiossincrasia contra o grupo, chegando mesmo a admitir que o PMDB precisa retomar sua linha programática para mostrar que não é "a cara do Centrão".

O encontro serviu também para definir a data em que o Diretório Nacional do partido se reunirá, como reivindica a ala autêntica, para discutir a relação PMDB/governo e preencher os dois cargos vagos na Executiva Nacional. Será no próximo dia 24, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. A pauta definitiva será negociada em nova reunião marcada para a próxima semana.

O processo de reaproximação de Ulysses com os históricos começou ontem pela manhã, quando o dirigente peemedebista chamou para uma conversa o senador José Richa, do Paraná. Richa é o candidato dos dissidentes à 3ª vice-presidência do partido. Nesta condição, seria o substituto imediato de Ulysses, já que os titulares das outras duas vagas (governadores Miguel Arraes e Pedro Simon) estão licenciados.

Na conversa, o presidente garantiu ao senador paranaense que não opõe qualquer veto à sua candidatura. Ao contrário do que têm divulgado os jornais, ele desmentiu que tenha candidato próprio ao cargo — segundo amigos do próprio Ulysses informaram durante a semana, o seu preferido seria o deputado Cid Carvalho.

De qualquer forma, Richa saiu do encontro com Ulysses da mesma forma que entrou, ou seja, negando postulante ao cargo e recomendando ao ser seu grupo que não pleteie a vaga para evitar um desgaste desnecessário. Na opinião do senador Fernando Henrique Cardoso, no entanto, ele pode mudar de posição desde que não haja disputa. "É um político aceito por todas as alas e que, certamente, também terminará contando com o apoio dos moderados do partido". Foi isso, aliás, que Ulysses sugeriu aos líderes históricos com quem esteve reunido ontem à noite: "Procurar uma Composição". Ele garante que não será obstáculo.

No seu namoro com os autênticos, o presidente da Constituinte não poupou adjetivos aos articuladores do grupo, a quem chamou de "massa cinzenta" do partido.

Por outro lado, permitindo que o grupo eleja candidatos próprios aos dois cargos da Executiva Nacional, não estará fazendo nenhuma concessão significativa. Afinal, faltam poucos meses para a renovação total do órgão e os históricos teriam a comemorar, quando muito, uma simples vitória moral. Serviria como uma espécie de compensação para as definições que o Diretório não vai adotar, como esperam os integrantes do movimento: a defesa das diretas/88 e o rompimento imediato com o governo. Isto fica para depois, quando a campanha sucessória estiver nas ruas e o candidato peemedebista for obrigado a desvincular-se do Planalto para sobreviver.

O deputado José Costa, de Alagoas, por exemplo, é dos que acham que a reunião do Diretório será inútil: "Basta o Ulysses dar uma balinha e os chamados históricos ficam quietinhos".

Sarney denuncia onda de insultos

O presidente José Sarney aproveitou o programa "Conversa ao Pé do Rádio" para denunciar "uma campanha brutal e insidiosa" que vem sendo "insistentemente difundida" contra o seu Governo e ele. "Todo mundo, a todo momento, ouve, aqui e ali, algum insulto, alguma calúnia, alguma injúria, visando atingir a imagem do meu Governo", queixou-se o Presidente. Mas, em seguida, acrescentou que enfrenta esta campanha "serenamente" como é do seu temperamento. "Enfrento esses problemas com a consciência tranqüila do cumprimento do meu dever e do meu esforço para acertar", arremata Sarney.

"Nenhum ano de mandato me interessa com o comprometimento da seriedade do Governo. Mas nada, nada mesmo, me faria sair dos padrões éticos para forçar situações", garantiu o Presidente respondendo, desta forma, às acusações — divulgadas na imprensa — de que seu Governo estaria distribuindo cargos e benesses em troca de votos dos constituintes pelos cinco anos para o seu mandato.

INTRIGA

— Enquanto me intrigam — prosseguiu o Presidente

— eu tenho que me preocupar em trabalhar. Estou preocupado com a inflação, que não começou no meu Governo. Estou preocupado com as dívidas externas e interna, que não foram feitas agora. Herdei. Estou preocupado com a moralidade da Administração Pública, em punir os atos de corrupção, identificar focos de inércia e de má administração.

Após afirmar que está consciente de que "nenhum Governo sofreu uma campanha tão contundente" o Presidente disse que tem a identificação desta campanha: "E que eu feri interesses políticos muito grandes e também tive uma resistência a colocar o Governo a serviço de interesses subalternos de grupos", explicou e encerrou o assunto passando a falar sobre a nova etapa de seu Governo que se inicia.

EQUIPE SINTONIZADA

Ao falar sobre o novo período de seu Governo com "uma equipe sintonizada" avisou que terá de tomar "providências de uma economia de guerra e severidade, tanto na Administração Pública quanto no setor econômico". Em seguida o Presidente fez uma advertência ao setor

privado: "Quero advertir que não basta o Governo. O setor privado não pode ficar atrair pedras somente e ao mesmo tempo elevando preços por mera defesa contra boatos ou má-fé, entrando na especulação".

A luta é dura, mas nós vamos vencer. O Brasil vai em frente mesmo contra a vontade dos pessimistas, dos agourentos, dos frustrados e dos demagogos conclui, com otimismo, o Presidente.

Durante o programa, o Presidente informou os ouvintes sobre as recentes medidas que tomou através de decretos proibindo contratações até o término dos trabalhos da Constituinte bem como extinguiu 40 mil cargos públicos vagos e fala, ainda sobre a reunião ministerial que fará segunda-feira quando recomendará que cada pasta execute fielmente o orçamento da República.

"Vamos diminuir ao mínimo todos os gastos. Nenhuma despesa fora do orçamento, aquele orçamento unificado que pela primeira vez se executa na República e que foi feito pelo meu Governo" disse o Presidente.

Ministro contesta fisiologismo

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, rebateu, ontem, as acusações de fisiologismo feitas ao Planalto declarando: "Se este Governo fosse fisiológico, não estaria congelando cargos, mas nomeando-os". Ele lembrou as recentes medidas baixadas pelo presidente Sarney, esta semana, com relação ao preenchimento de cargos para dizer que o "o objetivo é impedir que os cargos públicos sejam ocupados obedecendo interesses subalternos".

Costa Couto evitou comentar o lema de São Francisco de Assis "é dando que se recebe" — utilizado pelo deputado Roberto Cardoso Alves, ao definir as relações do Centrão com o Governo "não há interesse do presidente em polemizar com o grande deputado Roberto Cardoso Alves", limitou-se a declarar, acrescentando que Sarney renova os critérios e orientações pelos quais devem ser ocupados os cargos públicos.

Segundo disse, a diretoria de somente contratar nos casos absolutamente necessários, do ponto de vista

da Administração Pública, como determina o Decreto, não significa o atendimento das reivindicações dos pedidos de nomeação dos que apoiam Sarney.

Um assessor do Gabinete Civil, presente à entrevista, citou o caso da Cosipa-Siderúrgica Paulista — onde disse, a indicação política para cargos técnicos resultou num verdadeiro desastre. Instigado pela imprensa, Costa Couto repeliu qualquer polêmica com o governador de Alagoas, Fernando Collor, sobre um dossiê sobre seu governador afirmando: "Temos que nos unir para resolver os problemas nacionais".

Ontem, o ministro esteve em Belo Horizonte participando da reunião dos governadores. Sobre isso disse que "a maioria deles é favorável ao mandato de cinco anos, o único com posição distinta é o governador de Alagoas, Fernando Collor que defende, como é sabido, quatro anos de mandato". Sobre as acusações de Collor de que o governo está discriminando os estados e municípios vetando a liberação de recursos, Costa Couto foi taxati-

vo: "O fluxo é normal para todos, já que o presidente José Sarney se preocupa com os 140 milhões de brasileiros". Disse ainda que a afirmação do governador de que está faltando moral "é de toda a sociedade brasileira e não é apenas de um governo ou de certas esferas" ele pediu que se resgatem certos valores perdidos ao longo das últimas décadas, lembrando que a corrupção muitas vezes é vista como "eufemismo da esperteza".

O ministro assinalou que o governo José Sarney não pode ser confundido com um armazém de secos e molhados, já que o provimento de cargos públicos é feito com critérios bem claros: "os da probidade, competência e confiança". O Presidente não abre mão da dignidade, assinalou, referindo-se ao memorando enviado a todos os ministros, feito pelo Presidente, no qual o chefe da Nação pediu para que o preenchimento de cargos públicos, enquanto durar a Constituinte, "seja só naqueles indispensáveis ao interesse do serviço".

Presidente diz não retaliar Rio

O presidente José Sarney garantiu ontem ao deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) que não vem tomando medidas discriminatórias contra o Rio de Janeiro, devido à posição do governador Moreira Franco em favor do mandato de quatro anos.

Para sustentar suas palavras, o presidente Sarney informou ao Deputado que autorizou o Conselho Monetário Nacional a rolar a dívida interna do Estado, calculada em Cr\$ 110 bilhões. "Não existe nenhum sentimento de retaliação", argumentou o parlamentar carioca.

O presidente Sarney, de acordo com Jorge Leite, também vai acatar a decisão do governador Moreira Franco de implantar o pólo petroquímico do Rio de Janeiro no município de Itaguaí, em Macaé, que estava sendo defendido por grupos contrários.

Os estudos para implantação do pólo petroquímico continuam normalmente, informou Sarney para Lei-

te. O parlamentar achou naturais os estudos que estão sendo feitos pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, órgão do Ministério da Indústria e do Comércio, que questionou a localização do pólo.

OPÇÃO

O Deputado acha que Itaguaí é a melhor área para a



Jorge Leite

implantação do pólo petroquímico, porque o município tem uma boa infraestrutura em estradas, além da linha da Rede Ferroviária Federal e o porto de Sepitiba. Ele defende também a instalação de um pólo metal-mecânico no município.

Apesar de não tomar medidas de retaliação, o presidente Sarney, de acordo com assessores do Palácio do Planalto, tem sentido a falta de apoio do governador, já que ele foi um dos responsáveis por sua indicação à legenda do PMDB e também por sua eleição.

Faltando pouco mais de um mês para a eleição de 15 de novembro, o presidente Sarney despachou o seu então secretário de Imprensa, Fernando Cesar Mesquita, ao Rio de Janeiro com um dossiê contra o então governador Leonel Brizola. Depois da divulgação do relatório, a popularidade de Moreira começou a subir.

Sem acordo, a Constituinte adia a votação

A falta de um acordo entre as lideranças partidárias sobre o extenso e polêmico Título II — que trata dos direitos e garantias individuais em mais de uma centena de dispositivos distribuídos pelos seus 19 artigos — determinou o encerramento da sessão de ontem da Constituinte sem que tivesse início o encaminhamento da votação do texto. Somente 216 constituintes estavam presentes no plenário quando foi aberta a sessão, indicando que não haveria quorum suficiente para decidir sobre qualquer matéria, já que são necessários 280 votos. Ficou marcada nova sessão para segunda-feira, às 15h, depois de um final de semana de muitas reuniões entre os líderes para estabelecer um acordo sobre a votação do substitutivo do Centrão e os pedidos de destaques a emendas relativas à matéria.

A sessão durou duas horas e meia, preenchidas pelo pinga-fogo e o horário destinado às comunicações de lideranças. Antes do encerramento, os deputados Octávio Elisio (PMDB-MG), Luiz Salomão (PDT-RJ) e Paulo Delgado (PT-SP) solicitaram a Ulysses Guimarães que procedesse à chamada dos constituintes com a posterior publicação dos nomes dos presentes e dos ausentes. Esta medida, que para eles deveria se repetir a cada sessão, é a única maneira de impedir, na opinião de Elisio, que os entendimentos entre os líderes e grupos suprapartidários da Assembléia sejam frustrados pela continuada falta de quorum. O presidente da Constituinte preferiu encerrar a sessão e marcou para segunda-feira o início da votação do Título II, anunciando ainda que pretende realizar sessões aos sábados e domingos.

Enquanto durou o pinga-fogo e o horário de lideranças, o pronunciamento do presidente do Partido Social Progressista, Marronzinho de Oliveira, no horário gratuito de rádio e televisão de quinta-feira, ocupou o discurso de alguns constituintes. O primeiro a falar sobre o que considerou "uma agressão a todos os telespectadores" foi o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Para ele, a decisão da Rádio JB de não retransmitir o programa se justifica

Título II, o mais complicado

Mesmo que neste final de semana as lideranças partidárias consigam fechar um acordo em torno da votação do Título II — que vai a plenário na sessão da tarde de segunda-feira —, pelo menos dois temas ficarão fora do entendimento: a jornada de trabalho e a estabilidade no emprego. Considerado por todos os grupos na Constituinte, como o título mais complicado (porque envolve um dos pontos mais polêmicos — as relações de trabalho), as próximas votações serão marcadas pelo confronto.

Durante reunião realizada no gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães as lideranças decidiram que a matéria não mais seria votada na sessão de ontem que já havia iniciado. Resolveram adiar para segunda-feira a votação do capítulo primeiro do Título II. Também aprovaram duas reuniões para tentarem um acordo — agora pela manhã e outra amanhã, às nove horas. Ainda que saia qualquer acordo, os partidos de esquerda não irão fechar com a posição do Centrão, que prevê a indenização, nos casos de demissão imotivada. Esses partidos irão mesmo apresentar duas emendas.

porque mostra "que quando uma lei não tem legitimidade" (a legislação que permitiu ao pequeno PSP ocupar o horário gratuito do Tribunal Superior Eleitoral) pode ser desconsiderada. "Não é legítimo que se queira impingir à população brasileira programas de baixo nível como aquele", disse ainda, lembrando que é obrigação do Congresso Nacional elaborar leis que coibam tais procedimentos.

Também o deputado Eduardo Jorge (PT-SP), ao se pronunciar no horário de liderança de seu partido, falou sobre o programa alertando que ele não deve servir de justificativa para que o TSE modifique a legislação evitando que os pequenos partidos ocupem o horário gratuito de rádio e de televisão. "O PT não concorda com o acesso indiscriminado de partidos a este espaço, mas se aquele indivíduo é um bandido, então a Justiça não deveria permitir que ele fosse falar", argumentou.

A colocação mais contundente sobre a questão foi feita pelo deputado Brandão Monteiro (RJ), líder do PDT. Ele criticou a "concepção moralista" com que se abordou o programa e a atribuição de responsabilidade pelo mau uso do horário aos partidos. "O responsável é o TSE", disse ele. "No Brasil existe a mania de não se criticar o Judiciário, que tem se mostrado mais autoritário que os militares. Pois como se explica que o mesmo tribunal que cassou a candidatura de Marronzinho de Oliveira permitisse agora que ele ocupasse uma hora em rádio e televisão?", perguntou.

O restante da sessão foi ocupado por discursos sobre vários temas. Os deputados Amaury Müller (PDT-RS) e Fernando Santana (PCB-BA) lamentaram que o plenário não tivesse aprovado a emenda anti-apartheid da deputada Benedita da Silva (PT-RJ). O deputado Tadeu França (PMDB-PR) fez duras críticas ao ministro Prisco Vianna e ao presidente Sarney. "O rei está nu", disse ele, "bajulado pelos seus cortesãos. Só que ele insiste em não ver a anatomia da Nação em colapso". Logo depois o deputado Erico Pegoraro (PFL-RS) ocupava o microfone para defender Prisco Vianna, atacando Tadeu França.

Logo no início da reunião, Ulysses sugeriu que, em seguida, as lideranças fossem ao plenário começar a votar o Título II. Mas o senador Mário Covas resistiu e afirmou que não assumiria a responsabilidade de ir e votar, sem um acordo pré-estabelecido. Argumentou, o senador, que se fosse iniciada a votação, significaria aprovar o texto do Centrão, sem ter, em contra-partida, o acordo fechado para os destaques e emendas apresentadas pelo PMDB e partidos de esquerda. Ele não quis correr o risco de aprovar um texto sem um acordo firmado, pois, na sua opinião, não havia sentido realizar uma reunião e dez minutos depois, ir ao plenário e votar. Por isso, defendeu sessões de segunda a sexta-feira à tarde, destinando os períodos da manhã, para os entendimentos.

Três partidos se posicionaram contra o adiamento da votação: PC do B, PDT e PSB. Os representantes desses partidos queriam o início da apreciação do Título II e mesmo com a falta de quorum — a sessão foi aberta com apenas 231 constituintes presentes na Casa — haveria o adiamento por 24 horas, mas o que significaria o começo da apreciação desse título.